



Guiana Azul, Amazônia Azul

Manifesto para uma Doutrina Franco-Brasileira do Atlântico Sul

INSTITUT ATLANTIQUE SUD

Texto Fundador

Paris · São Paulo · Cayenne — Julho de 2026

Antoine Bachelin Sena — Presidente Fundador, Diretor de Estratégia.

Arthur Machado — Vice-Presidente, Diretor de Relações Internacionais & Parcerias.

Renato Giraldi — Diretor de Desenvolvimento Comercial & Institucional.

www.institutatlantiquesud.org

I. A Ponte

Existe uma ponte entre a União Europeia e o Brasil.

Ela atravessa o rio Oyapock, entre Saint-Georges, na Guiana Francesa, e Oiapoque, no Estado brasileiro do Amapá. Concluída em 2011, aguardou seis anos antes de ser aberta ao tráfego, em 2017. Permanece hoje uma das obras mais subutilizadas do espaço atlântico: poucos veículos por dia cruzam a única fronteira terrestre entre a União Europeia e o Brasil.

Esta ponte diz tudo.

Ela diz que a infraestrutura da cooperação franco-brasileira existe: uma parceria estratégica desde 1997, um acordo de defesa desde 2008, uma cooperação espacial antiga, diálogos ministeriais e grupos de trabalho transfronteiriços. E ela diz que falta algo que não se constrói em concreto nem em tratados: uma doutrina. Uma maneira comum de pensar o espaço que a França e o Brasil compartilham — e que quase ninguém vê como um conjunto.

Este espaço tem dois nomes. O Brasil nomeou o seu há vinte anos. A França começa a medir o seu. O presente texto propõe pensá-los, finalmente, juntos.

II. O Precedente Brasileiro: a Amazônia Azul

Em 25 de fevereiro de 2004, nas colunas da *Folha de S.Paulo*, o comandante da Marinha brasileira, almirante de esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, publicou um artigo intitulado « A outra Amazônia » — a outra Amazônia. Nele, realizou um ato doutrinário cujo alcance vai muito além do vocabulário: deu um nome ao mar.

A « Amazônia Azul » — a Amazônia Azul — designa desde então o território marítimo do Brasil: cerca de 5,7 milhões de quilômetros quadrados de águas jurisdicionais, equivalente a dois terços da superfície continental do país. « Toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao seu detentor o fardo de sua proteção », escreveu o almirante. O gesto foi simples. Seus efeitos foram profundos.

Ao nomear este espaço, a Marinha o tornou pensável. Ao torná-lo pensável, tornou-o governável. A Amazônia Azul tornou-se um objeto de pedagogia nacional — em um país onde um terço dos habitantes nunca viu o mar —, um quadro de planejamento e um argumento de Estado: o levantamento da plataforma continental (LEPLAC), o programa de submarinos PROSUB — nascido da parceria estratégica franco-brasileira de 2008 —, a vigilância marítima e uma diplomacia jurídica paciente que levou, em março de 2025, ao reconhecimento pela Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas de uma extensão de 360.000 km² na margem equatorial.

A lição vai além do Brasil: nomear um espaço é começar a governá-lo.

E a geografia enuncia uma evidência que a diplomacia ainda não compreendeu plenamente: esta margem equatorial que o Brasil acaba de estender termina exatamente onde começa o mar da França.

III. O Espelho Francês: a Guiana Azul

Pois a França é uma potência amazônica e sul-atlântica.

Não por metáfora, mas por geografia. Pela Guiana, a França compartilha com o Brasil sua fronteira terrestre mais longa — cerca de 730 quilômetros, mais que com a Espanha. Pela Guiana, a União Europeia é ribeirinha da Amazônia, vizinha do Brasil, presente no Atlântico equatorial com uma zona econômica exclusiva de cerca de 130.000 km². Pela Guiana, enfim, a Europa acessa o espaço: Kourou lança há mais de meio século os foguetes do continente a partir da floresta amazônica.

A Guiana concentra também, em escala reduzida, todas as tensões do século. O garimpo ilegal — quatro a oito toneladas de ouro extraídas a cada ano, contra cerca de uma tonelada pela via legal, segundo avaliações recentes — prospera nas porosidades do Maroni e do Oyapock, corredores de uma economia paralela que liga o Planalto das Guianas às rotas atlânticas dos tráficos rumo à Europa. A pesca ilegal saqueia águas entre as mais piscosas da região. E, em profundidade, um subsolo cujo inventário mineral, relançado em 2025, revelará até 2028-2029 o que contém de lítio, nióbio, tântalo e terras raras.

Ora, entre 2022 e 2026, a França começou — peça por peça — a pensar este ativo: relatório Varin sobre a securitização de suprimentos críticos, criação da delegação interministerial DIAMMS, reforma do código mineral, relatório do Senado nº 135 chamando a França a afirmar-se como ator regional chave no Planalto das Guianas. As peças existem. A visão de conjunto, ainda não. E o nome também não.

Afirmamos aqui: a Guiana não é uma periferia ultramarina. Ela é a fronteira estratégica da Europa na América do Sul, e seu posto avançado no oceano que vem. A esta extensão marítima da Europa equatorial — esta ZEE, estes fundos, estas rotas, esta fachada — damos o nome que lhe cabe, em eco deliberado ao conceito brasileiro que a precedeu: a Guiana Azul.

IV. Um Único Espaço, Duas Soberanias

Vistas em conjunto, a Guiana Azul e a Amazônia Azul deixam de ser duas margens para se tornarem o que são: um único espaço estratégico, sob duas soberanias plenas, chamando uma responsabilidade compartilhada.

Este espaço é, em primeiro lugar, um continuum físico: o grande sistema do Amazonas e seus sedimentos, o recife amazônico descoberto em 2016, a bacia Guiana-Suriname tornada uma das fronteiras petrolíferas mais dinâmicas do mundo, os fundos equatoriais e seus recursos minerais. É também um continuum de fluxos: rotas comerciais, cabos submarinos, pescarias — e tráficos, que ignoram as fronteiras melhor que ninguém.

Quatro agendas convergem aqui, onde os interesses franceses, brasileiros e europeus se sobrepõem mais do que se opõem.

Minerais críticos. A Europa importa da China 90 a 98% de suas terras raras; o regulamento europeu sobre matérias-primas críticas de 2024 fez da diversificação um imperativo inscrito no direito. O Brasil detém, com a Elevação do Rio Grande e sua plataforma estendida, um dos potenciais submarinos mais promissores do Atlântico; a Guiana inventaria o seu. Nenhum dos dois transformará este potencial em soberania sem capacidades científicas, industriais e normativas — capacidades precisamente complementares, do Ifremer ao Serviço Geológico do Brasil, das campanhas oceanográficas francesas à engenharia offshore brasileira.

Energia offshore. Cerca de 95% do petróleo e gás brasileiros já são produzidos no mar; a margem equatorial se abre; as energias marinhas seguirão. A verdadeira questão não é opor exploração e preservação: é definir, soberanamente e cientificamente, as condições de uma valorização responsável — e fazer dela um padrão regional, não uma exceção.

Segurança marítima e fluvial. Ouro ilegal, pesca não declarada, entorpecentes: as mesmas redes exploram as mesmas porosidades, do Maroni às rotas atlânticas. Nenhuma resposta estritamente nacional bastou; nenhuma bastará. A cooperação naval franco-brasileira já tem um precedente industrial maior; falta-lhe uma doutrina de emprego comum no espaço mesmo que reúne as duas marinhas.

Conhecimento e economia azul. Biodiversidade, bioeconomia, oceanografia, espacial: de Kourou aos programas de pesquisa das duas margens, o espaço Guiana Azul–Amazônia Azul pode tornar-se um laboratório mundial de conhecimento do oceano equatorial — condição primeira de toda governança séria.

Uma precisão se impõe, pois é a pedra angular deste texto. Nada aqui propõe compartilhar o que não se compartilha: a soberania. A Amazônia Azul é brasileira; a Guiana Azul é francesa e europeia; e este manifesto considera definitivamente encerrada qualquer retórica de internacionalização dos espaços amazônicos, terrestres ou marítimos. O que se compartilha é outra coisa: o conhecimento, a segurança

cooperativa, os padrões, a antecipação — a responsabilidade de uma vizinhança que a geografia tornou irrevogável.

Um único espaço, duas soberanias, uma responsabilidade compartilhada: tal é a doutrina que propomos.

V. O Que Falta

Nada do que precede é desconhecido das chancelarias. Tudo, ou quase tudo, existe em estado fragmentário.

A parceria estratégica de 1997. O acordo de defesa de 2008 e os submarinos dele nascidos. O plano de ação de março de 2024 e seu Diálogo de alto nível sobre transição energética e minerais estratégicos. O grupo de trabalho transfronteiriço. As cooperações científicas, halieúticas, ambientais. Os instrumentos se acumulam — setoriais, intermitentes, meritórios.

Mas nenhum foro pensa o conjunto. Nenhum encontro regular reúne, em torno deste espaço preciso, decisores, militares, industriais, pesquisadores e eleitos das duas margens. Nenhum corpus doutrinário comum existe, que possa ser citado indiferentemente em Paris, Brasília, Caiena ou Bruxelas.

Enquanto isso, a janela está aberta — e as janelas se fecham. Do lado francês, a convergência institucional de 2022-2026 criou um alinhamento raro. Do lado brasileiro, o reconhecimento de 2025 estende a soberania marítima no momento exato em que a margem equatorial se abre. Do lado europeu, a urgência das dependências críticas está agora inscrita no direito. E outros atores, estatais e não estatais, leem este mapa com tanta atenção quanto nós — os relatórios parlamentares franceses já documentam seus apetites.

As janelas estratégicas recompensam apenas aqueles que as atravessam.

VI. A Proposta: o Institut Atlantique Sud

Foi para atravessar esta que fundamos o Institut Atlantique Sud.

Instituto independente, bilíngue, franco-brasileiro por construção — ancorado em Paris e em São Paulo, amanhã em Caiena —, o IAS dá a si três missões.

Produzir a doutrina. Notas de pesquisa e de posição, documentadas, referenciadas e livremente citáveis, sobre a soberania, a geoeconomia e a segurança do espaço Guiana Azul–Amazônia Azul. Este trabalho está em andamento: quatro publicações desde 2026, da análise do contexto minerário francês na Guiana à proposta de um fundo franco-europeu dedicado aos minerais críticos.

Esclarecer a decisão. Uma leitura estrutural e antecipadora das vulnerabilidades — híbridas, institucionais, logísticas — do Planalto das Guianas e do Atlântico equatorial, a serviço dos decisores públicos e dos atores econômicos das duas margens, para identificar os pontos de inflexão antes que se tornem crises.

Convocar o diálogo. Um encontro estratégico anual França-Brasil, sob a regra de Chatham House, reunindo os atores deste espaço. A primeira edição realizar-se-á em Paris em novembro de 2026.

O Institut Atlantique Sud não é porta-voz de nenhum Estado, de nenhum partido, de nenhum interesse privado. Fala a partir de um lugar preciso: a convicção de que a França e o Brasil têm, no Atlântico Sul, mais a construir juntos do que separadamente — e de que faltava uma instituição cujo objeto único fosse este.

VII. O Chamado

Chamamos as instituições públicas francesas, brasileiras e europeias — ministérios, forças armadas, agências, coletividades da Guiana e dos Estados do Norte do Brasil — a considerar este espaço como um conjunto e a dotar sua cooperação do foro que lhe falta.

Chamamos as empresas de energia, minerais, espacial, digital e do mar a olhar o Atlântico equatorial não como uma periferia logística, mas como um dos teatros onde se jogará seu século.

Chamamos os pesquisadores, as universidades e os institutos das duas margens a fazer deste oceano compartilhado um objeto comum de conhecimento.

Chamamos, enfim, aqueles e aquelas — fundações, mecenas, cidadãos — que querem que a amizade franco-brasileira se torne um poder concreto, a juntar-se e apoiar o Institut Atlantique Sud.

O Atlântico Sul não é uma periferia do mundo. É um centro que ainda se ignora.

A ponte existe. Atravessemos-la.

Antoine Bachelin Sena — Presidente Fundador, Diretor de Estratégia.

Arthur Machado — Vice-Presidente, Diretor de Relações Internacionais & Parcerias.

Renato Giraldi — Diretor de Desenvolvimento Comercial & Institucional.

Referências Documentais

- Marinha do Brasil — conceito « Amazônia Azul » (R. de Guimarães Carvalho, « A outra Amazônia », Folha de S.Paulo, 25 de fevereiro de 2004); programa LEPLAC; CLPC/ONU, extensão da margem equatorial (março de 2025).
- Philippe Varin, Sécuriser l’approvisionnement de l’industrie en matières premières minérales, relatório ao governo, janeiro de 2022; decreto nº 2022-1550 criando a DIAMMS.
- Presidência da República, Plano de ação da parceria estratégica França-Brasil, 28 de março de 2024 (incluindo o DTEMS).
- Senado, Le Plateau des Guyanes : affirmer la France comme un acteur régional clé, relatório de informação nº 135 (2025-2026).
- Regulamento (UE) 2024/1252 de 11 de abril de 2024 (Critical Raw Materials Act).
- Institut Atlantique Sud, publicações 2025-2026: Guyane Bleue et Amazonie Bleue (nota de pesquisa); Le contexte stratégique français sur les minerais critiques et la Guyane (nota de posição); FFEMC — Fonds franco-européen pour les minerais critiques de la Guyane Bleue; L’Amazonie Bleue, cœur énergétique du Brésil au XXIe siècle; La stratégie Takaichi de deep-sea mining.